

INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS
MUNICÍPIOS DO CEARÁ

Jair Andrade de Araújo

-Doutor em Economia e Professor do curso de graduação em Economia da
UFC/Sobral. E-mail: jairandrade@ufc.br. Telefone: (085) 91747491

Vitor Borges Monteiro

-Mestre em Economia e Professor do curso de graduação em Economia da
UFC/Sobral. E-mail: vimonteiro5@hotmail.com

Cristina Aragão Cavalcante

-Economista pela UFC/Sobral. E-mail: cris-aragao@hotmail.com

CLASSIFICAÇÃO JEL: H59

INFLUÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO CEARÁ

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de explicar o tema dos gastos públicos e sua relação com o crescimento econômico, trazendo uma revisão da literatura nacional, da internacional e uma análise da influência de algumas despesas por função sobre o crescimento econômico nos municípios cearenses. Tais despesas seriam com: administração e planejamento; legislativo; custeio com pessoal; assistência e previdência social; e saúde e saneamento. Para essa análise, foram utilizados dados em painel de uma amostra de 73 municípios dos 184 municípios cearenses no período de 2002 a 2005, em uma abordagem dinâmica de acordo com Arellano Bond (1991). E como modelo teórico, adotou-se uma extensão da função de produção de Barro (1990). Seu objetivo é justamente tentar encontrar para os municípios cearenses, quais tipos de gastos estariam influenciando seu crescimento econômico (PIB *per capita* municipal). Os dados em estudo foram obtidos junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ao Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Palavras-chave: finanças públicas; gastos públicos; crescimento econômico; PIB e municípios cearenses.

ABSTRACT

This paper aims to explain the theme of public expenditures and their relationship with economic growth, bringing an approach to national and international literature and an analysis of the influence of certain expenses by function on economic growth municipalities in Ceará. Such expenses would be with: administration and planning, legislative, costing personnel, assistance and welfare, and health and sanitation. For this analysis, we used panel data from a sample of 73 municipalities out of 184 municipalities in Ceara in the period 2002 to 2005, in a dynamic approach according to Arellano and Bond (1991). And as a theoretical model, we adopted an extension of the production function of Barro (1990). Your goal is just trying to find the municipalities of Ceará, what types of expenditures would be influenced positively or negatively on economic growth (GDP per capita municipal). The data in this study were obtained from the Institute of Applied Economic Research - IPEA, the Institute for Research and Economic Strategy of Ceara - IPECE, and the Brazilian Institute of Geography and Statistics-IBGE.

Keywords: public finance, public spending, economic growth, GDP and municipalities in Ceara.

1 INTRODUÇÃO

Gasto público é um dos temas mais importantes em finanças públicas e é também um dos principais alvos das críticas dos economistas que defendem maior eficiência. Ter conhecimento de como melhor alocar os recursos do governo é de grande utilidade a toda sociedade, e para isso toma-se o produto interno bruto (PIB) de uma economia como forma de acompanhar a eficiência dos gastos governamentais.

Falar em gasto público é discorrer sobre a utilização da receita orçamentária do Estado brasileiro. O orçamento é uma forma de planejamento, sendo que o orçamento público desempenha papel primordial como instrumento de intervenção econômica.

Este trabalho analisa a influência dos gastos públicos no crescimento econômico de 73 municípios do Ceará no período de 2002 a 2005. Tendo em vista que os gastos públicos e o crescimento econômico são relevantes à tomada de decisões em políticas públicas, a partir do conhecimento e de uma boa análise interpretativa de suas variáveis, as decisões podem contribuir significativamente para uma gestão e alocação eficiente dos recursos público. Conhecer a influência dos gastos públicos nos municípios cearenses seria de fundamental importância, sendo sempre um diferencial para os municípios conhecer quais gastos geram retornos positivos ao seu crescimento.

Propõe-se como problemática, justamente, encontrar quais os tipos de gastos governamentais dos municípios cearenses que se relacionam positivamente ou negativamente com os PIB's municipais do estado do Ceará, ou seja, com o crescimento econômico nesses municípios.

O presente trabalho está assim organizado. A seção 2 faz um apanhado sobre o gasto público, dividindo-se da seguinte forma: finanças públicas e gastos públicos; conceitos e classificações; legislação; gasto público e crescimento econômico, abordando a literatura internacional e nacional; e gastos públicos municipais do Ceará. Já na seção 3 é apresentado o modelo teórico, na seção 4 a base de dados e na seção 5 o modelo econométrico utilizado. Em seguida, na seção 6 são apresentados os resultados e discussões acerca destes. E por fim, na última seção, são feitas as considerações finais abordando os resultados mais consistentes.

Esse trabalho pretende abordar as várias posições e argumentações dadas ao efeito dos gastos público sobre crescimento econômico, ou seja, analisar a relação dos tipos de gastos públicos com o crescimento do produto de uma economia.

2 GASTOS PÚBLICOS

2.1 O gasto público em finanças públicas

Um dos teóricos mais conhecidos da matéria finanças públicas é Richard Musgrave, segundo seu trabalho em 1980, “finanças públicas é a terminologia que tem sido tradicionalmente aplicada ao conjunto de problemas da política econômica que envolve o uso de medidas de tributação e de dispêndios públicos”.

A teoria das finanças públicas, em uma visão ampla, gira em torno da existência das falhas de mercado que tornam necessária a presença do governo e o estudo de suas funções, da teoria da tributação e do gasto público. Concorrência imperfeita, externalidades, informação assimétrica e mercados incompletos são manifestações de falha de mercado. Essas falhas, no contexto normativo, podem ser corrigidas por políticas públicas, como legislação específica, taxação, por exemplo. Outra forma de correção acontece quando o governo controla os preços por meio de tabelamento ou fixação do preço mínimo.

Os gastos públicos podem ser considerados como um dos principais meios de atuação do governo. Através deles, o governo manifesta as suas prioridades mediante a prestação de serviços públicos básicos e a realização de investimentos. Vários fatores afetam o nível dos gastos públicos e suas oscilações, dentre eles: a renda nacional, a capacidade do governo em obter receitas, problemas sociais, mudanças políticas, desenvolvimento tecnológico, gastos públicos em períodos anteriores, entre outros. Esses influenciam no comportamento e no nível de gastos governamentais, direta ou indiretamente, em qualquer país do mundo.

O tamanho do Estado talvez seja mais bem mensurado se medido através do gasto público, todavia, tem-se a alternativa de fazê-lo através de suas modalidades de financiamento. Para financiar seus gastos, o governo pode utilizar-se da emissão de moeda, do lançamento de títulos públicos, dos empréstimos bancários (interno e externo) e da tributação. Cada uma dessas fontes de financiamento provocará conseqüências diferentes sobre as atividades econômicas do país, e, independentemente desses efeitos, a tributação tem sido, e deve ser, o principal meio de financiamento dos gastos governamentais.

E já que as atividades do governo estão ligadas ao bem estar dos cidadãos, esses gastos financiados pelo contribuinte deveriam, portanto, assegurar benefícios aos indivíduos.

O gasto público necessita, entretanto, ser diminuído em algumas circunstâncias, isso para se compensar sua expansão em anos anteriores, e/ou num combate a inflação. Ao longo do século XX, o gasto público teve uma grande elevação, principalmente entre os países envolvidos na primeira e na segunda Guerra Mundial, sendo que “o esforço de guerra – com tudo que isso implica em termos de gastos militares – foi um dos determinantes mais importantes, historicamente, da expansão do gasto público no mundo” (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008, p. 35).

2.2 Conceitos e Classificações

O gasto público seria a soma de todos os gastos governamentais (despesas da administração direta e indireta) mais as despesas com atividade econômica produtiva do governo. “Em geral, os gastos são apresentados e classificados de acordo com sua finalidade, natureza e função, abrangendo apenas o governamental, desconsiderando os gastos das atividades econômicas do governo”. Todavia, observando-se o grau de detalhamento das informações, a apresentação dos gastos realizados pela administração direta e indireta pode ser dividida em grandes agregados, categorias econômicas ou em funções (RIANI, 2002, p.54).

No livro “Economia do setor público no Brasil” organizado por Biderman e Arvate (2004), Cavalieri e Pazello apresentaram um artigo, onde enfatizaram, dentre outros assuntos, que os gastos sociais, em particular, observam-se bem elevados no Brasil. Sendo a composição destes analisada sob aspectos de sua natureza ou do tipo de atividade.

Baseada na teoria do bem-estar, a princípio, a discussão sobre a ação do governo em tributar e gastar buscava uma situação ideal para o indivíduo e para a sociedade. Todavia, com a Segunda Guerra Mundial, a relação do comportamento dos gastos públicos com o crescimento econômico passou a se apresentar como uma nova linha de estudo (RIANI, 2002, p.58).

Para tentar explicar as forças responsáveis por essa relação, foram utilizados por alguns economistas dois tipos básicos de modelos: um modelo macroeconômico, que considera o tempo e utilizam variáveis agregadas, tal como o PIB, na tentativa de explicar os gastos públicos; e um modelo microeconômico, que adota os fundamentos

microeconômicos do processo de decisão na explicação do aumento dos gastos públicos (RIANI, 2002, p.58).

Segundo Santos (2008), a despesa pública vinculada à legislação financeira e ao crédito orçamentário, respeitada a constituição, é, para a administração pública, todo seu dispêndio realizado.

Barro e Sala-i-Martin (1995 apud OLIVEIRA; MARQUES JÚNIOR; JACINTO, 2006, p. 3) classificaram o gasto produtivo como: bem público típico, bem privado ou bem público parcialmente excludente “(bem sujeito ao fenômeno do congestionamento como no caso de estradas, aeroportos, etc.)”.

2.3 Legislação

Todos esses conceitos e classificações já apresentados são embasados em alguma legislação. Por exemplo, é no artigo 12, capítulo II da lei 4.320/64, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, onde o gasto público é classificado em gasto corrente (despesas de custeio e transferências correntes) e gasto com capital (investimentos, inversões financeiras e transferências de capital).

A Portaria nº 42/99 do Ministério do Orçamento e Gestão faz atualizações na Lei 4.320/64, “estabelece os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, e dá outras providências”.

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no inciso I de seu artigo 163 no capítulo sobre finanças públicas, estabeleceu que estas sejam dispostas por lei complementar. E em seu artigo 165, dita que serão estabelecidos, através de leis de iniciativa do Poder Executivo, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. O orçamentário mereceu grande atenção por parte dos parlamentares. A Constituição de 1988 traz quais receitas e despesas públicas devem integrar o orçamento público e merecer a aprovação do poder legislativo”.

A Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, estabelecia “os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição”, porém essa foi revogada pela Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que “estabelece normas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências”. Nessa Lei encontra-se: um capítulo sobre o planejamento, com seções para o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Lei Orçamentária Anual; outro sobre receitas públicas; e o capítulo IV que trata da despesa pública, dentre elas, a despesas com pessoal na seção II. O projeto de lei orçamentária prevê as receita e fixa as despesas, desde já “elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar”.

2.4 Gasto público e crescimento econômico

Giambiagi e Além (2008), em análise às contas nacionais para o ano de 2006, apresentaram que aproximadamente 15% do emprego eram devidos ao governo, e 20% do PIB devido a seu consumo corrente.

Segundo índices globais, nos últimos 50 anos, o Brasil apresentou uma expansão considerável em seu setor público, isso ocasionou um crescimento significativo do volume de despesas do governo e uma maior participação das despesas totais no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Como consequência desse aumento nas despesas, foi observada também uma elevação semelhante no volume total de recursos necessários ao financiamento da expansão das atividades do governo. Em diversos países, a guerra teria como efeito o aumento da relação entre o gasto público e o PIB, todavia, não seria o único,

pois esse aumento continuou apresentando uma tendência mesmo após 1945. Outras causas desse efeito seriam o crescimento do PIB per capita e o aumento relativo dos serviços (GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Ainda sobre o gasto público, pode-se citar certa pressão em favor de seu aumento, principalmente nos setores sociais. Vale salientar também que, no Brasil, a urbanização foi muito importante depois de 1940/1950. E, sendo assim, mesmo reconhecendo a relevância e legitimidade do aumento desses gastos, é necessária a contrapartida para o seu financiamento. Esta poderia dar-se, preferivelmente, através de impostos e/ou com um pequeno aumento da dívida pública numa economia em expansão.

2.4.1 Literatura internacional

Uma relação simples entre o orçamento do governo e a atividade econômica é proposta por Keynes em seus modelos de demanda agregada, ou seja, um corte no déficit do governo reduziria consumo e produto. Este corte seria dado via aumento de impostos e/ou redução dos gastos. As políticas de estabilização são bastante influenciadas por esses modelos, todavia, nem sempre se apresentam consistentes com a realidade (KEYNES, 1985).

Já em 1820, Thomas R. Malthus, autor da Lei dos Rendimentos Decrescentes, demonstrava uma inquietação proveniente dos efeitos da relação entre gasto público e o crescimento econômico sobre a economia (SANT'ANNA, 2006).

O economista alemão Adolph Wagner (1890 apud Sant'Anna, 2006), estabeleceu a Lei dos Dispendios Públicos Crescentes, conhecida também como Lei de Wagner, que tratava do aumento das atividades do Estado. Segundo ele, para que houvesse crescimento da renda per *capita*, seria necessário que o governo participasse cada vez mais na oferta de bens públicos. Sustentou-se a idéia de que, em qualquer estado progressista, seria inevitável que os gastos públicos crescessem mais rapidamente que a renda nacional. Já em 1958, para ele, que foi um dos primeiros a buscar explicar uma relação existente entre gastos públicos e crescimento econômico, a expansão das atividades do governo era vista como efeito do progresso social.

Alguns dos motivos utilizados para constatar essa tendência do crescimento dos gastos públicos eram o crescimento populacional, conflitos bélicos, ação para o desenvolvimento (tecnoburocracia) e a baixa produtividade do setor público comparada ao setor privado.

É conhecida também, uma corrente de linha ortodoxa que fundamenta na teoria ricardiana, a relação do crescimento econômico e o gasto público. Nesta, o consumidor modifica, de acordo com a política de tributação e gastos do governo, o seu gasto com consumo e poupança.

Um pouco da literatura existente sobre o tema demonstra o quão importante ele é, e tem se tornado cada vez mais presente nas preocupações dos pesquisadores. Através desses estudos sobre os gastos do governo, procura-se ter uma melhor visão sobre políticas públicas que devam ser tomadas.

2.4.1.1 *Relação positiva do gasto público com o crescimento econômico*

Nessa sessão são abordadas considerações de diversos autores internacionais que constataram uma relação positiva entre gastos públicos e o crescimento econômico.

Aschauer (1989) ao analisar a relação dos gastos públicos com o crescimento econômico, foi um dos primeiros a associar a idéia de que, através da produtividade do setor privado, os gastos públicos podem vir a elevar o crescimento econômico. Ele utilizou dados da economia dos EUA e ao estimar por MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) qual

o efeito do gasto público sobre o PIB da economia, obteve que seria possível um aumento de 0,36 a 0,39 no produto com o aumento de 1% no capital público. Em seu trabalho, ele buscava explicação para a diminuição nas taxas de crescimento da produtividade nos EUA que se apresentou na década de 70, obteve ainda, resultados significativos da participação do capital público em investimento com infra-estrutura sobre o crescimento econômico.

Ram (1986), Barro (1990) e Cashin (1995) foram outros autores que analisaram e concluíram que, por meio da elevação da produtividade do setor privado, os gastos públicos conseguem elevar o crescimento econômico, resultado obtido através da análise de setores responsáveis pela produção de insumos usados pela iniciativa privada. Para tanto, foram citados serviços com infra-estrutura (transporte, telecomunicações e energia) e com defesa nacional, preservando os direitos de propriedade.

No modelo teórico desenvolvido por Barro (1990), o gasto público é incorporado na função de produção para determinar seu efeito sobre o produto da economia. Como já mencionado acima, para ele a produtividade do setor privado e a acumulação de capital da economia são influenciados pela estrutura e a eficiência na provisão de bens e serviços públicos, todavia, as externalidades geradas pelos gastos públicos só seriam positivas até um determinado limite.

Ainda em 1990, Samuelson e Nordhaus argumentaram que os níveis de produção e de emprego são influenciados de forma significativa pelos gastos públicos com bens e serviços, portanto, em seu trabalho, tais autores sustentaram a importância da eficiência na alocação dos recursos públicos na economia (SAMUELSON; NORDHAUS, 1990 apud SANT'ANNA, 2006).

Em outro trabalho, Barro (1991) argumentou que os gastos com defesa e educação são considerados produtivos. Isso aconteceria, pois ao se proteger os direitos de propriedade através de gastos com segurança, o investimento e o crescimento aumentam, e já os gastos com educação deveriam ser compreendidos como investimento em capital humano.

Easterly e Rebelo (1993) fizeram uma análise do crescimento econômico entre diferentes países e categorias de investimento público, para tanto, utilizaram um conjunto de regressões em *cross-section*, e constataram que, para os países em desenvolvimento, o investimento público em transporte e comunicação levam a um maior crescimento econômico.

Devarajan et. al. (1996) também teve como foco países em desenvolvimento, tinham como objetivo encontrar quais os componentes dos gastos públicos poderiam ser considerados produtivos no longo prazo. Foram analisados 43 países em desenvolvimento ao longo de 20 anos, e constatou-se que gastos normalmente produtivos, quando feitos em excesso podem se tornar improdutos. Sendo assim, observaram que somente se associavam a um maior crescimento econômico, gastos correntes como categoria ampla.

2.4.1.2 *Relação negativa do gasto público com o crescimento econômico*

Nos trabalhos de Srinivasan (1985), Buchanan (1980) e Bhagwati (1982), é passada a idéia de que os gastos públicos representam apenas “interesses de grupos”, sendo, portanto, improdutos. Para eles os gastos do governo não possuem relação sobre o produto.

A maioria dos autores estudados não adotam essa visão, ou seja, não partem do mesmo pressuposto do “interesses de grupos”, e não consideram todos os gastos do governo como sendo improdutos. Seguindo o apanhado da pesquisa, Landau (1983) e Barth e Bradley (1987) apontaram a existência de uma relação negativa entre as despesas de consumo do governo e o crescimento do PIB per *capita* (BARRO, 1989).

Lembrando-se da questão dos gastos serem produtivos devido à relação com o

setor privado, pode-se citar alguns autores que distinguiram os bens e serviços públicos entre aqueles que entram na função utilidade e outros que complementam a produção do setor privado. Aschauer e Greenwood (1985), Barro (1990) entre outros autores defenderam que bens e serviços públicos que entram na função utilidade geram efeitos negativos sobre o PIB, isto sendo devido à elevação dos impostos para financiá-los, e, como consequência, uma redução no retorno dos investimentos privados.

Ao estudar 47 países, Kormendi e Meguire (1985) analisaram o crescimento do PIB per *capita* e a participação do gasto total do governo no PIB, sendo que não encontraram nenhuma relação significativa. Contudo, ao ampliar o modelo a 115 países, obtiveram uma relação negativa estatisticamente significativa entre a participação do governo no PIB e o crescimento real do produto.

Sabe-se que gastos com defesa e educação são de grande importância na sociedade, não obstante para Kormendi e Meguire (1985) e Summers e Heston (1988), esse tipo de despesa é considerada improdutivo, o que se contrapõe aos argumentos de Barro (1990).

Um bom desempenho econômico está associado a consolidações fiscais bem sucedidas. Alesina e Perotti (1995, 1997), comparando dois tipos de consolidação fiscal, observaram evidências de que cortes nos salários públicos e nos benefícios previdenciários garantem uma maior probabilidade de sucesso do que aumentar impostos. Esses cortes gerariam um otimismo, o que acabaria estimulando o produto, todavia, esses cortes são visivelmente temporários.

Como já citado anteriormente, Devarajan et. al. (1996) apresentaram em seu trabalho um estudo ao longo de 20 anos num conjunto de 43 países em desenvolvimento. Eles observaram que gastos com capital, transporte e comunicação, saúde e educação, que são considerados normalmente como produtivos, podem ser improdutivos caso realizados em excesso.

SCHMITZ (1996) e COLE et all (2004) apontaram que, juntamente com a alta arrecadação de receita tributária, os altos gastos públicos nos países em desenvolvimento contribuem para que estes apresentem renda per *capita* menores que nos países desenvolvidos.

Na mesma linha, num estudo de 39 países de baixa renda, Gupta et. al. (2002) obtiveram evidências de que a composição dos gastos apresenta bastante influência no crescimento econômico de curto prazo. E confirmando a idéia de Alesina e Perotti (1995, 1997), desta feita mais abrangente, sustentaram que se conseguem taxas de crescimento mais elevadas com ajustes fiscais provenientes de cortes nos gastos correntes ao invés de aumentos nos impostos.

A idéia da influência de política fiscal sobre o produto de uma economia também foi discutida por Herrera e Blanco (2004), que estimaram esse impacto no curto prazo e no longo prazo, concluindo que, em longo prazo, subsídios apresentavam efeitos negativos sobre o produto.

2.4.1.3 Relação não significativa do gasto público com o crescimento econômico

Kormendi e Meguire (1985), num estudo para 47 países, não encontraram influências da participação do gasto total do governo no PIB sobre a taxa de crescimento do produto per *capita*.

Estudando regressões em *cross-section* para países em desenvolvimento, e analisando diferentes categorias de investimentos públicos, Easterly e Rebelo (1993) não obtiveram evidências estatisticamente significativas de que os gastos público, diferentes dos de transporte e comunicação, sejam considerados produtivos.

E no trabalho de Herrera e Blanco (2004), também já citado anteriormente, apresentou-se que, no longo prazo, gastos com consumo ou previdência não influenciam o produto, e no curto prazo, essa situação se estende aos gastos do governo.

2.4.2 Literatura nacional

Ferreira (1996), Ferreira e Malliagos (1998) e Rocha e Giuberti (2005) seguiram o modelo de Barro (1990), no qual considera quantidade de bens e serviços públicos, capital e trabalho como insumos na função de produção. Estes autores abordaram a influência sobre o crescimento econômico por parte dos gastos públicos agregados e dos investimentos em infra-estrutura.

Conforme Ferreira (1996) analisou a elasticidade dos gastos com portos, setor marítimo e ferrovias, telecomunicações, energia elétrica e com o capital total no período de 1970 a 1993. Apontou uma elasticidade do capital federal de infra-estrutura variando entre 0,34 e 1,12, e a de capital total entre 0,71 e 1,05. Ferreira e Malliagos (1998), incluíram o setor rodoviário aos gastos em infra-estrutura do trabalho anterior, sendo que observados no período de 1950-1995, eles encontraram maiores elasticidades no setor de energia elétrica. Em seguida ficaram as elasticidades dos setores de transporte – destacando-se os efeitos do transporte ferroviário, seguido pelo portuário e rodoviário - e telecomunicações.

Já Mazoni (2005) observou que os gastos públicos podem exercer influência de forma direta e indireta sobre o produto da economia. Sendo indiretamente, através dos investimentos privados. Ele afirmou que, no longo prazo, os gastos com consumo do governo e o produto possuem uma relação negativa, todavia, entre os investimentos (públicos e privados) e o produto essa relação é positiva. Vale salientar que não se apresentou relação entre ambos os investimento, sendo a influência do investimento privado cerca de 2,6 vezes maior que a do investimento público sobre o PIB. Essa análise foi feita no período de 1970 a 2003.

De acordo com Reis e Valadares (2004) a redução dos gastos correntes em todos os níveis de governo como a única alternativa para melhorar o ajuste fiscal. Essa redução traria melhores condições para uma recuperação sustentada do crescimento da economia, tornando possível à sociedade optar por novas medidas. Como tais eles citaram: “i) reduzir a carga tributária; ii) aumentar o esforço fiscal, sinalizando redução mais rápida do endividamento público e viabilizando menores taxas de juros; iii) ampliar investimentos públicos com taxa de retorno positiva”.

No trabalho de Rocha e Giuberti (2005), foi feito um estudo com dados em painel para os estados brasileiros no período de 1986-2002. Elas abordaram os gastos públicos sobre características econômicas (corrente ou de capital) e sobre uma classificação funcional, sendo avaliadas despesas com defesa, educação, saúde, transporte e comunicação. Sendo no longo prazo, diagnosticada uma relação negativa entre o crescimento econômico e os gastos correntes do governo, e outras duas positivas, com os gastos de capital e com as despesas funcionais citadas acima. E no curto prazo, elas inferiram que um corte nos gastos em consumo seria mais benéfico à economia do que cortes nos gastos em investimento.

Sant’Anna (2006) analisou a relação entre PIB e gastos sociais dos municípios no estado do Espírito Santo, mas, para tanto, não obteve relação estatística. Em seu trabalho os gastos sociais municipais estão representados pelos indicadores de assistência e previdência, saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo.

No estudo de Santos (2008), utilizando dados em painel, foi avaliado o efeito do gasto público sobre o PIB dos municípios do Ceará, para tanto, adotou-se uma extensão da função de produção sugerida por Barro (1990). O presente trabalho faz uma análise

similar, porém adotando uma metodologia diferenciada.

Santos (2008) observou que a variável estoque de capital humano representava o maior retorno ao PIB per *capita*, sugerindo aos gestores públicos um maior investimento em educação. Esse resultado corrobora com os modelos de crescimento econômico de Lucas (1988) e Barro (1990) que apresentam o capital humano como propulsor do crescimento, e com Irffi *et al.* (2008) que destaca essa importância para os municípios cearenses. Ele constatou, ainda, que o PIB municipal é: pouco sensível, inelástico, a variável estoque de capital físico; e influenciado positivamente por gastos com saúde e saneamento.

Finalizando essa breve abordagem sobre o que já foi escrito sobre a relação dos gastos públicos e o crescimento econômico, cita-se a pesquisa realizada por Freitas, Castro Neto e Lôu (2009) para o médio prazo no Nordeste brasileiro. Nesse estudo, eles encontraram resultados significativos tanto para gastos correntes quanto para gastos de capital, sendo o primeiro relacionado negativamente, e o segundo relacionado positivamente com o crescimento econômico. Portanto, a contenção de gastos de custeio e ampliação de investimento público na região foram sugeridas para a elevação do produto do Nordeste.

2.5 Gastos públicos municipais do Ceará

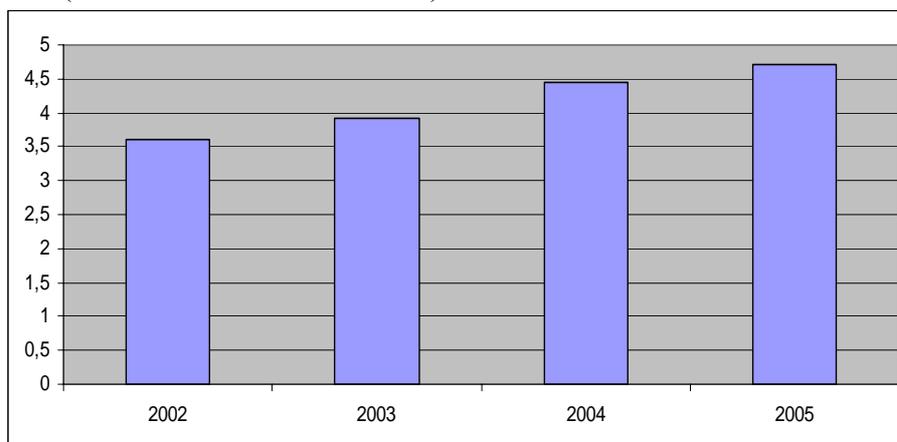
Ao se enfatizar os gastos públicos em níveis de União, estados, Distrito Federal e municípios, pretende-se maximizar a eficiência do setor público.

Podem ser citados como os principais gastos municipais as despesas com: educação; saúde e saneamento; sendo seguidos por despesas administrativas, com o legislativo ou em previdência. Podem ser citados outros gastos importantes para os municípios como os gastos com habitação, iluminação e pavimentação públicas, transporte e os com regulamentação de atividades comerciais locais. Analisando esses gastos, percebe-se que um município seria o melhor para executar obras na área urbana. Sobre a distribuição das responsabilidades de gastos, a teoria proposta por Oates argumenta que: “cada bem público deve ser provido pelo nível de governo que represente de forma mais próxima a área geográfica que se beneficia daquele bem” (BIDERMAN; ARVATE, 2004).

A evolução da despesas total dos municípios cearenses é mostrada no gráfico 1. Verifica-se que ocorreu um crescimento das despesas totais dos municípios cearenses, o que segue a mesma tendência encontrada por Barroso (2004) para os anos de 1991 a 2001.

Esse crescimento corrobora com a Lei de Wagner citada no início desse trabalho. A análise da evolução das despesas municipais totais (adotadas como a soma das despesas por função) passou de aproximadamente 3,62 bilhões de Reais em 2002 a um pouco mais de 4,70 em 2005 nos municípios cearenses.

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DOS MUNICÍPIOS CEARENSES
(em bilhões de reais de 2005)

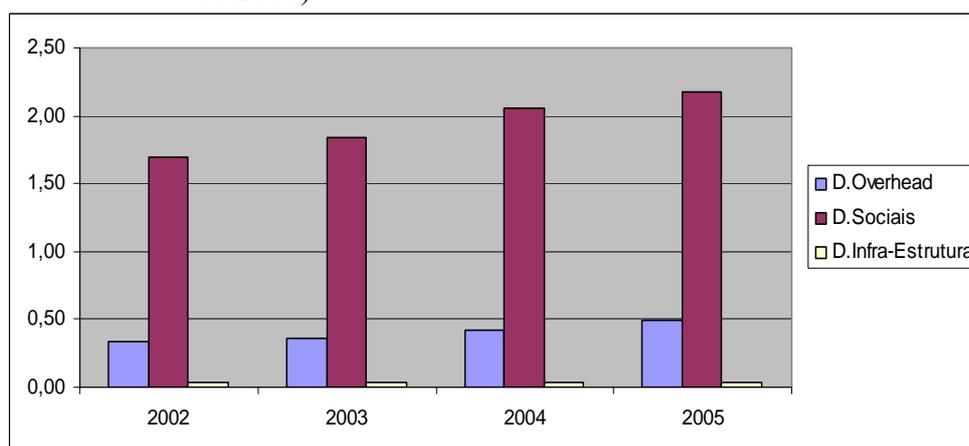


Fonte: Elaboração própria, IPEADATA.

Agora separando as despesas de acordo com Teixeira (2002), classificam-se em: despesa com social (despesas em educação e cultural, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, assistência e previdência e segurança pública, isto é, consistem em gastos que representam um benefício direto para a sociedade); despesa com infra-estrutura (despesas com agricultura, indústria e comércio, transporte, energia e recursos minerais, e comunicação); despesa com overhead (gastos com legislativo e planejamento incluindo as despesas com administrativo).

O gráfico 02 mostra o quão elevadas são as despesas com o social em detrimento de baixíssimos investimentos em infra-estrutura.

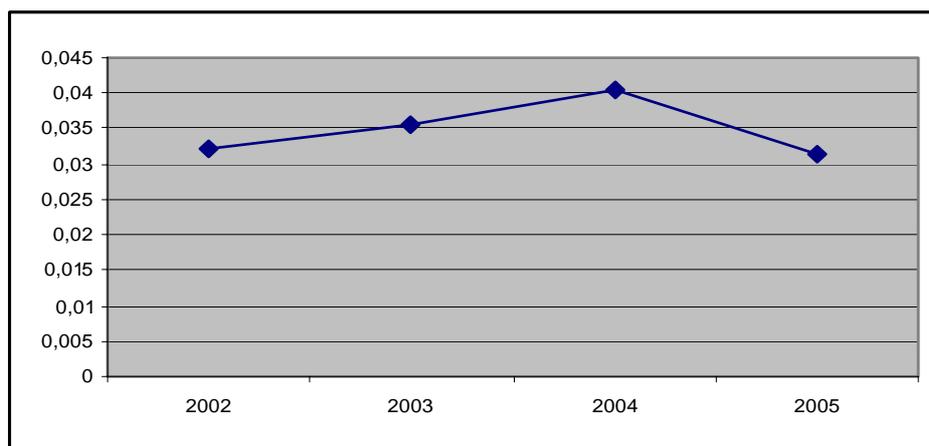
GRÁFICO 2: COMPOSIÇÃO DOS GASTOS MUNICIPAIS (em bilhões de reais de 2005)



Fonte: Elaboração própria, IPEADATA.

Sendo as despesas com infra-estrutura demonstradas isoladamente, logo a seguir, para uma melhor visualização do seu comportamento durante o período. Verifica-se uma diminuição dessas despesas no período 2004 a 2005 nos municípios cearenses.

GRÁFICO 3: DESPESAS COM INFRA-ESTRUTURA(em bilhões de reais de 2005)



Fonte: Elaboração própria, IPEADATA.

A transparência da gestão pública entra em uma nova fase com a Lei Complementar nº 131/2009, “a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Segundo notícia divulgada no “Portal Terra”, ainda nesse ano de 2010 será lançado um novo sistema de acompanhamento do gasto público, tendo como objetivo “facilitar a comparação das despesas e estimular o aumento da eficiência da gestão”. O “Sistema de Informações de Custos Governamentais” (SIC-Gov) ajudará o administrador a melhor gerir seus recursos.

3 MODELO TEÓRICO

O presente trabalho baseia-se no modelo de crescimento endógeno desenvolvido por Barro (1990), onde inclui os gastos do governo, financiados por impostos, como insumo na função de produção. A dimensão do governo, através de seus gastos e tributos, auxiliaria o crescimento do produto até atingir um nível ótimo, ou seja, os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível acima do qual o aumento dos gastos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança. Neste modelo, o crescimento é gerado endogenamente através da acumulação conjunta de capital e gastos do governo.

Barro (1990) considera que a quantidade de bens e serviços públicos *per capita* entram como insumo na função de produção. Sem a presença desses, a função de produção apresenta retornos decrescentes de escala. Já considerando sua presença, tal função exibiria retornos constantes de escala. Os gastos públicos seriam complementares aos investimentos privados, e seu baixo nível reduziria o retorno do capital físico, por isso, faz-se necessário guardar determinada proporção na combinação dos insumos privados e públicos.

Assim sendo, este trabalho estima a função de produção

$$Y = f(K, L, G)$$

onde Y é o produto da economia (PIB), K (capital físico) e L (capital humano) são utilizados como insumos privado, e G representa os bens e serviços públicos. A *proxy*

adotada para o capital físico foi o consumo de energia elétrica industrial por município cearense, e a *proxy* para o capital humano foi o número de pessoas com o ensino fundamental completo por município. Já a variável G ficou aqui representadas pelas despesas municipais.

4 BASE DE DADOS

A amostra em análise para o presente trabalho corresponde a 73 municípios¹ dos 184 municípios cearenses durante o período de 2002 a 2005. Os dados utilizados para a realização dessa pesquisa foram obtidos no site do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB e as despesas por função foram extraídos do site do IPEA, enquanto o consumo de energia elétrica industrial por município cearense (*proxy* para investimento privado/capital físico) e o número de pessoas com o ensino fundamental completo por município cearense (capital humano) foram fornecidos pelo IPECE. Já os dados com o número de habitantes para os municípios cearenses foram encontrados no site do IBGE.

Todos os valores foram deflacionados de acordo com o INPC tendo 2005 como o ano base. As despesas por função estudadas nesse trabalho correspondem aos gastos com: administração e planejamento; legislativo; custeio com pessoal; assistência e previdência social; e saúde e saneamento.

No presente modelo, o PIB *per capita* é a variável dependente e as demais variáveis explicativas são consideradas exógenas, ou independentes.

5 MODELO ECONOMETRICO

Com intuito de verificar o impacto dos gastos públicos municipais por função sobre o PIB *per capita* dos municípios cearenses utilizar-se-á o modelo de painel dinâmico desenvolvido por Arellano e Bond (1991). As relações econômicas, muitas vezes, são de natureza dinâmica, definidas a partir da interação contínua dos seus mecanismos internos. Essa proposição geral é certamente válida quando se analisa o processo de crescimento econômico, no presente trabalho, o PIB *per capita*. Na esfera da análise empírica, a metodologia de dados em painel possibilita o melhor entendimento do caráter dinâmico.

Na metodologia Arellano e Bond (1991) esse entendimento dinâmico é ainda mais preciso, pois a natureza dinâmica é explicitamente modelada ao incluir variáveis dependentes defasadas como variáveis explicativas.

Considere o seguinte modelo em dados em painel dinâmico:

$$\begin{aligned}
 y_{it} &= \alpha y_{i,t-1} + X_{it} \beta + \varepsilon_{it} \\
 \varepsilon_{it} &= \mu_i + v_{it} \\
 E(\mu_i) &= E(v_{it}) = E(\mu_i v_{it}) = 0
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

¹ Acarapé, Acaraú, Aiuaba, Altaneira, Amontada, Antonina do Norte, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Araripe, Arneiroz, Assaré, Barbalha, Barroquinha, Bela Cruz, Campos Sales, Canindé, Cariré, Catarina, Caucaia, Cedro, Chaval, Coreaú, Crateús, Crato, Cruz, Deputado Irapuan Pinheiro, Eusébio, Farias Brito, Forquilha, Fortaleza, General Sampaio, Graça, Guaramiranga, Ibiapina, Icapuí, Ipaumirim, Ipu, Iracema, Itarema, Jaguaratama, Jaguaribara, Jijoca de Jericoacoara, Jucás, Mauriti, Milagres, Milha, Mombaça, Moraújo, Nova Olinda, Nova Russas, Orós, Pacatuba, Pacoti, Palhano, Paracuru, Parambu, Pedra Branca, Pentecoste, Pereiro, Piquet Carneiro, Porteiras, Potengi, Redenção, Russas, Santa Quitéria, Santana do Cariri, São Gonçalo do Amarante, São João do Jaguaribe, Tejuçuoca, Umirim e Viçosa do Ceará.

Onde, X_{it} é um vetor de variáveis explicativas de dimensão $1 \times K$ e β o vetor de coeficientes, $K \times 1$, associado a esses regressores. O componente de erro do modelo, ε_{it} , é composto por dois elementos ortogonais: um componente aleatório idiossincrático v_{it} e efeitos individuais fixos constantes no tempo, μ_i .

Um problema associado a este modelo é a correlação da variável dependente defasada com o efeito fixo do modelo na equação (1). Para tanto, Arellano e Bond (1991) sugerem o modelo em primeira diferença (equação 2) como estratégia de eliminar o efeito fixo, desta forma, corrigindo o problema da endogeneidade causado pela $Cov(y_{it-1}, \mu_i) \neq 0$.

$$\Delta y_{it} = \delta_0 + \Delta y_{it-1} + \delta_2 \Delta X_{it} + \Delta V_{it} \quad (2)$$

Entretanto há uma persistência da endogeneidade, pois $Cov(\Delta y_{it-1}, \Delta v_{it}) \neq 0$. Assim, o procedimento usual do modelo Arellano e Bond (1991) é o uso de variáveis instrumentais.

Aplicando-se essa metodologia a função de produção do modelo teórico adotado e logaritizando a equação, tem-se a seguir que:

$$\begin{aligned} \Delta \log[PIBCAPITA_{it}] = & \beta_1 \Delta \log[PIBCAPITA_{it-1}] + \beta_2 \Delta \log[(CF / POP)_{it}] + \\ & \beta_3 \Delta \log[(CH / POP)_{it}] + \beta_4 \Delta \log[(DAP / POP)_{it}] + \beta_5 \Delta \log[(DL / POP)_{it}] + \\ & \beta_6 \Delta \log[(DP / POP)_{it}] + \beta_7 \Delta \log[(DPV / POP)_{it}] + \beta_8 \Delta \log[(DSS / POP)_{it}] + \Delta \varepsilon_{it} \end{aligned} \quad (3)$$

Onde i representa cada um dos 73 municípios cearenses da amostra, t o tempo adotado de 2002 a 2005 e as demais variáveis tais como:

LOG(PIBCAPITA _{it-1})	logaritmo do PIB per capita defasado e um ano;
LOG((CF/POP) _{it})	logaritmo do capital físico per capita;
LOG((CH/POP) _{it})	logaritmo do capital humano per capita;
LOG((DAP/POP) _{it})	logaritmo das despesas por função - administração e planejamento (per capita);
LOG((DL/POP) _{it})	logaritmo das despesas por função - legislativo (per capita);
LOG((DP/POP) _{it})	logaritmo das despesas de custeio com pessoal (per capita);
LOG((DPV/POP) _{it})	logaritmo das despesas por função - assistência previdenciária (per capita); e
LOG((DSS/POP) _{it})	logaritmo das despesas por função - saúde e saneamento (per capita).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na tabela 1 a seguir, encontram-se os resultados do painel dinâmico, cuja equação estimada é logaritizada a fim de se obter as elasticidades através dos coeficientes. Note que existem apenas quatro anos na base de dados e, ao proceder em primeira diferença, perde-se uma informação temporal, já que se inclui a variável dependente defasada (PIB *per capita* defasado) como variável explicativa. Perde-se outra, ainda, por uma limitação da série temporal, só sendo possível incluir uma variável

dependente defasada em dois períodos como instrumento. Entretanto, pelo teste *J-statistic*, não se pode rejeitar a hipótese nula de que o instrumento seja válido.

De acordo com o painel dinâmico, tal instrumento de especificação adotado ficaria da seguinte forma: LOG(PIBCAPITA(-2)) LOG(CF/POP) LOG(CH/POP) LOG(DAP/POP) LOG(DL/POP) LOG(DP/POP) LOG(DPV/POP) LOG(DSS/POP) LOG(DEC/POP).

Todas as variáveis estimadas apresentam significância esperadas. Com exceção do Pib *per capita* defasado e um período e o variável capital humano *per capita* que não apresentaram coeficientes significativos.

TABELA 1: RESULTADO DA ESTIMATIVA DO PAINEL DINÂMICO

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t-Estatístico	Prob.
LOG(PIBCAPITA(-1))	0.014074	0.155045	0.090775	0.9280
LOG(CF/POP)	0.029131	0.011417	2.551611	0.0131
LOG(CH/POP)	0.006856	0.009254	0.740811	0.4615
LOG(DAP/POP)	-0.057166	0.025238	-2.265069	0.0268
LOG(DL/POP)	-0.004477	0.002348	-1.907090	0.0609
LOG(DP/POP)	0.077077	0.043305	1.779864	0.0798
LOG(DPV/POP)	0.017406	0.008646	2.013181	0.0482
LOG(DSS/POP)	-0.062650	0.029414	-2.129959	0.0370

Especificação dos Efeitos

Cross-section fixo (primeira diferença)

Média da variável dependente	-0.035315	S.D. dependent var	0.073986
S.E. of regression	0.081645	Soma dos quadrados dos	0.433287
<i>J-statistic</i>	1.012208	Instrumento de classificação	9

Fonte: Elaboração própria

Observa-se que de acordo com os resultados na tabela 01, que o capital físico da função de produção adotada, as variáveis de despesa com administração e planejamento, despesa com assistência previdenciária e despesas com saúde e saneamento são significativas em nível de 5%.

Verifica-se que um aumento de 10% no capital físico - CF/POP - corresponderia a um aumento de 0,29% do PIB *per capita*, ou seja, um aumento em capital físico contribui para crescimento do PIB corroborando com trabalhos na literatura já discutida anteriormente.

Já as despesas por administrativas e de planejamento apresentam sinal negativo e significativo. Verifica-se que a um aumento 10% dessas despesas acarretaria um decréscimo de 0,57% do PIB *per capita*. De certa forma, pode-se dizer que esse resultado pode está inferindo a ineficiência dos gastos públicos na máquina administrativa. Esse setor não estaria contribuindo para elevação do crescimento econômico dos municípios cearenses. Portanto, seria interessante que os governos locais tentassem diminuir os gastos nessas alíquotas a fim melhor aumentar o crescimento econômico da região.

As despesas com assistência previdenciária - DPV/POP – apresentou sinal significativo e positivo, ou seja, uma elevação de 10% dessa variável corresponderia a uma elevação de 0,17% no crescimento econômico da região. Esse resultados corroboram com aqueles que afirmam que gastos nesse setor contribuem para aumentar o crescimento econômico.

Já as despesas com saúde e saneamento - DSS/POP – apresentou coeficiente significativo e negativo, ou seja, um aumento de 10% dessas despesas ocorreria uma diminuição de aproximadamente 0,63% do PIB *per capita*.

As variáveis de despesas com o legislativo e despesas de custo com o pessoal foram significativas apenas em nível de 10%. Sendo que um aumento de 10% na variável DL/POP acarretaria uma diminuição de apenas um pouco mais que 0,04% do PIB *per capita*. Já com esse mesmo aumento em DP/POP, o produto teria um incremento de 0,77%.

Comparando-se com alguns resultados encontrados por Roberto Santos (2008), em sua análise também para municípios cearenses, observou-se resultado divergente quanto às despesas com saúde e saneamento, visto que se apresentaram em uma relação positiva com o PIB *per capita*. Em seu trabalho, apontaram o capital físico como inelástico e o capital humano com resultado significativo e bem elevado.

Devarajan et. al.(2006) observaram que gastos com saúde e educação, geralmente positivos, podem ser improdutivos caso realizados em excesso.

Das despesas analisadas as que apresentaram maior retorno ao PIB *per capita* dos municípios foram respectivamente: despesa de custeio com pessoal (positivamente); despesa com saúde e saneamento (negativamente); e despesa com administração e planejamento também negativamente.

O PIB municipal mostrou-se praticamente insensível a variações nas despesas com o legislativo dos municípios cearenses, ou seja, o crescimento econômico dos municípios cearenses seria inelástico a despesas com o legislativo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho fez uma revisão dos principais resultados encontrados na literatura sobre os efeitos dos gastos públicos no crescimento econômico. A maior parte analisa os gastos públicos e seus efeitos no curto prazo. Grande parte de outros trabalhos analisaram o efeito dos gastos públicos em infra-estrutura, sendo sua maioria positiva em relação ao crescimento econômico, todavia essa análise para os municípios do Ceará não foi abordado pelas baixas despesas com infra-estrutura.

Segundo a análise de vários autores, gastos sociais não contribuiriam para o crescimento do PIB no curto prazo, já gastos com investimento contribuiriam. Sendo que para os municípios cearenses analisados, os gastos sociais com assistência previdenciária foram positivos, e os com saúde e saneamento negativos.

Nesse estudo as despesas mais significativas foram as de saúde e saneamento, administração e planejamento que se apresentaram negativamente relacionadas com o PIB *per capita* dos municípios cearenses, e as despesas de custos com pessoal que mostrou positivamente relacionada.

Conclui-se que investimentos em capital físico contribuem para crescimento do PIB corroborando com trabalhos na literatura. Já as despesas administrativas e de planejamento acarretaria um decréscimo no PIB *per capita*. De certa forma, pode-se dizer que esse resultado pode está inferindo a ineficiência dos gastos públicos na máquina administrativa. Esse setor não estaria contribuindo para elevação do crescimento

econômico dos municípios cearenses. Portanto, seria interessante que os governos locais tentassem diminuir os gastos nessas alíquotas a fim melhor aumentar o crescimento econômico da região.

Essa mesma relação é encontrada com as despesas com saúde e saneamento - DSS/POP – apresentou coeficiente significativo e negativo, ou seja, um aumento de 10% dessas despesas ocorreria uma diminuição de aproximadamente 0,63% do PIB *per capita*.

As despesas com assistência previdenciária elevam o crescimento econômico da região, corroborando com aqueles que afirmam que gastos nesse setor contribuem para aumentar o crescimento econômico.

As variáveis de despesas com o legislativo e despesas de custo com o pessoal foram significativas apenas em nível de 10%. Sendo que um aumento de 10% na variável DL/POP acarretaria uma diminuição de apenas um pouco mais que 0,04% do PIB *per capita*. Já com esse mesmo aumento em DP/POP, o produto teria um incremento de 0,77%.

REFERÊNCIA

- ALESINA, A. e PEROTTI, R. Fiscal adjustments in OECD countries: composition and macroeconomic effects. *IMF Staff Papers*, vol. 44, no. 2, June, 210-248, 1997.
- ALESINA, A. e PEROTTI, R. Fiscal expansions and fiscal adjustments in OECD countries. *Economic Policy*, v. 21, October, 1995.
- ARELLANO, M; BOND, S. Some tests of specification for panel data: Monte Carlo evidence and na application to employment equations. *The Review of Economic Studies*, v. 58, n. 2, p 277-297, 1991.
- ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? *Journal of Monetary Economics*, v. 23, 177-200, 1989.
- ASCHAUER, D.; GREENWOOD, J. Macroeconomic effects of fiscal policy. *Carnegie-Rochester Series on Public Policy* 23, 91-138, 1985.
- BARRO, Robert J. The Ricardian Approach to Budget Deficits. *Journal of Economic Perspectives*, American Economic Association, Spring, v. 3(2), p. 37-54, 1989.
- BARRO, R.J. Economic growth in a cross-section of countries. *The Quarterly Journal of Economics* 106, 407-444, 1991.
- BARRO, R.; Sala-i-Martin, X. *Economic Growth*. Ed. McGraw Hill: New York, 1995.
- BARRO, Robert j. Government spending in a simple model of endogenous growth. *The journal of Political Economy*, v.98, n.5, part 2. 1990. Disponível em: <<http://www.jstor.org>>. Acesso em: 21 jan. 2006.
- BARROSO, F. Almeida. *Gastos públicos dos municípios do estado do Ceará: uma análise dos determinantes políticos*. Fortaleza: CAEN/UFC, 2004.
- BHAGWATI, J. Directly Unproductive Profit-Seeking DUP Activities. *Journal of Política Economy*, v. 90, n. 5, p.988-1002, 1982.
- BIDERMAN, C; ARVATE, P. *Economia do setor público no Brasil*. Rio de Janeiro:

Campus, 2004.

BLUNDELL, R.; BOND, S. Initial conditions and moment restrictions in dynamic panel data models. *Journal of Econometrics*, v. 87, p. 115-143, 1998.

BRASIL. *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 26 de out. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 40*, de 29 de maio de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc40.htm>. Acesso em: 26 out. 2009.

BRASIL. *Lei Complementar nº 96*, de 31 de maio de 1999. Revogada pela Lcp nº 101/2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp96.htm>. Acesso em: 26 out. 2009.

BRASIL. *Lei Complementar Federal n.º 101 - LRF*, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília - DF, 04 mai. 2000.

BRASIL. *Lei Complementar Federal n.º 131*, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e dá outras providências. Brasília - DF, 27 mai. 2009.

BRASIL. *Ministério de Orçamento e Gestão. Lei nº 4.320*, de 17 de março de 1964. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 março 1964. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp >

BRASIL. *Ministério de Orçamento e Gestão. Portaria Interministerial nº 163*, de 04 de maio de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 07 maio 2001. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp

BRASIL. *Ministério de Orçamento e Gestão. Portaria nº 42*, de 14 de abril de 1999. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 15 abr. 1999. Disponível em: http://www.stn.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp

BUCHANAN, J. Rent Seeking and Profit Seeking. In: J. Buchanan, R. Tollison and G. Tullock, *Toward a Theory of the Rent Seeking Society*. College Station, TX : Texas A&M University Press, 1980.

CASHIN, P. Government Spending, Taxes and Economic Growth. *IMF Staff Papers*, v. 42, n. 2, p. 237-269, June, 1995.

COLE, Harold L., Lee E. Ohanian, Alvaro Riascos and James A. Schmitz, Jr. *Latin America in the Rearview Mirror*. Federal Reserve Bank of Minneapolis, Staff Report 351, November, 2004.

CUNHA REZENDE, Flávio da Cunha. *Descentralização, gastos públicos e preferências*

alocativas dos governos locais no Brasil (1980-1994) – Dados v. 40, n. 3. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300005 . Acesso em: 28 out. 2009.

DEVARAJAN, S., SWARROP, V. e ZOU, H. The composition of public expenditure and economic growth. *Journal of Monetary Economics*, 37, 313-344, 1996.

EASTERLY, W. e REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. *Journal of Monetary Economics* 32, 417-458, 1993.

FERREIRA, P. C. Investimento em infra-estrutura no Brasil : fatos estilizados e relações de longo prazo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 26, no. 2, p. 231-252, 1996.

FERREIRA, P. C., e MALLIAGROS, T.G. Impactos produtivos da infra-estrutura no Brasil 1950/95. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.28 n.2, p. 315-338, 1998.

FREITAS, U. R. P.; CASTRO NETO, A. A. de; LÔU, I. C. *Relação entre Gastos Públicos e Crescimento Econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste*. Conj. & Planej., Salvador, n.162, p.50-57, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/publicacoes/sumarios/c&p162/c&p162_pag_50.pdf>. Acesso em: 26 out. 2009.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, Ana Claudia. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 2ª ed., revista e ampliada, Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GUPTA, S. *et alli*. Política fiscal, composición del gasto y crecimiento en los países de bajo ingreso. *Departamento de finanças públicas. Fundo Monetário Internacional*, 2002.

HERRERA, S. e BLANCO, F. *The quality of fiscal adjustment and the long run growth impact of fiscal policy in Brazil*, Mimeo, 2004.

IPEAdata – Indicadores IPEA – dados regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/htm>>. Acesso em: 25 out. 2009.

IRFFI, G. et al. *Determinantes do Crescimento Econômico dos Municípios Cearenses*. IPECE, Texto para discussão nº 39, 2008.

KEYNES, John. M. *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KORMENDI, R.C. e MEGUIRE, P.G. Macroeconomic determinants of growth. *Journal of Monetary Econometrics*. v.16, p.141-163, 1985.

LANDAU, D.. Government Expenditure and Economic Growth: a Cross-Country Study, *Southern Economic Journal*, v. 49, p. 783-792, jan. 1983.

LLEDÓ, V.D. e Ferreira, P.C. Crescimento endógeno, distribuição de renda e política fiscal: uma análise cross-section para os estados brasileiros. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.27, n.1, p. 41-70, 1997.

LLEDÓ, V. D. *Distribuição de renda, crescimento endógeno e política fiscal: uma análise Cross-Section para os estados brasileiros*. Texto para Discussão n.441, IPEA. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_0441.pdf > Acesso em: 22 out. 2009.

LUCAS, R.E., On the Mechanics of Economic Development, forthcoming, *Journal of Monetary Economics*, 1988.

MAZONI, M.G. *Gastos públicos e crescimento econômico no Brasil: análise dos impactos dos gastos com custeio e investimento*. São Paulo: Dissertação (Mestrado) – FEA/ USP, 2005.

MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. *Finanças públicas: teoria e prática*. São Paulo: Campus/EDUSP, 1980.

NOTÍCIAS TERRA. Governo lançará novo sistema para acompanhar gastos públicos. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI4503242-EI7896,00-Governo+lancara+novo+sistema+para+acompanhar+gastos+publicos.html>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

OLIVEIRA, C. A.; MARQUES JUNIOR, L. S.; JACINTO, P. A.. O papel da política fiscal local no crescimento econômico de cidades – uma evidência empírica para o Brasil. In: XXXIV ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2006, Niterói. *Anais...Niterói: ANPEC*, 2006.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. *Econometria: modelos e previsões*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

RAM, Rami. Government size and economic growth: a new framework and some evidence from cross-section and time-series data. *The American Economic Review*. v.76, n. 1, 1986. Disponível em: < <http://www.jstor.org> >. Acesso em: 26 out. 2009.

REIS, José Guilherme A.; VALADARES, Sílvia M. *Ajuste fiscal, despesa pública e crescimento econômico*. In: REFERÊNCIAS FIESP, 4., 2004, São Paulo: FIESP/CIESP, 2004. Disponível em: <www.iets.org.br/article.php3?id_article=526>. Acesso em: 26 out. 2009.

REZENDE, Fernando. *Finanças públicas*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flavio. *Economia do setor público: uma abordagem introdutória*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ROCHA, F., GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: um estudo em painel para os Estados brasileiros. In: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA - ANPEC, 2005, Natal. *Anais... Natal: ANPEC*, 2005.

SANT'ANNA, J. M. B. *Efeito do Gasto Público sobre o PIB: um teste empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo*. VITÓRIA: Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em

Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), 2006.

SANTANA, José Ricardo de; GARCIA, Fernando; SOUZA, Rogério. Efeitos da infraestrutura sobre o crescimento e sobre a produtividade. In: FÓRUM BNB DE

DESENVOLVIMENTO, 2005, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza: ANPEC, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forum_bnb2005/docs/efeitos_da_infra-estrutura_sobre_o_crescimento.pdf>. Acesso em: 26 out. 2009.

SANTOS, Roberto C.L.. *O efeito do gasto público sobre o PIB dos municípios cearenses*. Fortaleza: CAEN/UFC, 2008.

SCHMITZ, James. The Role played by public enterprises: how much does it differ across countries. *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*. 20 (2), Spring , 1996.

SRINIVASAN, T. Neoclassical Political Economy, the State, and Economic Development. *Asian Development Review*, v.3, n. 2, p.38-58, 1985.

STIGLITZ, Joseph E. *Economics of the public sector*. 3. ed. New York: W.W.Norton & Company, 2000.

SUMMERS, R. e HESTON, A. A new set of international comparisons of real product and price levels. Estimates for 130 countries. *Review of Income and Wealth*, 34, 1-25, 1988.

TEXEIRA, Mariana Felix Figueiredo. *Composição dos Gastos dos Estados Brasileiros, 1983-99*. Brasília: ESAF, 2002. 88 p. Monografia premiada em 2º lugar no VII Prêmio Tesouro Nacional - 2002, Tópicos Especiais de Finanças Públicas. Dez, 2002.

WAGNER, Adolph. Three extracts on public finance. In: MUSGRAVE, R.A.; PEACOCK, A.T. *Classics in the theory of public finance*. Londres: Macmillan, 1958.